



Educação primária na província do Paraná entre 1854 a 1871: um breve percurso a partir das fontes da época¹

Primary education in Paraná's province from 1854 to 1871: a short trajectory from sources of this time

Denize Naiara Santi²

André Paulo Castanha³

Resumo

Esse artigo é resultado de um projeto de pesquisa, que teve por objetivo realizar a catalogação dos documentos referentes à educação no período de 1854 a 1871. O contato com as fontes do século XIX e com estudiosos do período, como Castanha (2007, 2011), Lombardi (2004), Miguel (2000, 2006), Oliveira (1986) e Saviani (2006), entre outros, permitiu refletir, ainda que de forma preliminar, sobre o desenvolvimento da instrução Primária na Província do Paraná. Assim, temos como objetivo central no presente texto compreender os principais problemas apresentados para organizar a educação no período, bem como algumas das saídas apontadas. Para tanto, traçamos um breve percurso da história da instrução na Província do Paraná, desde 1854 até 1871. A metodologia adotada consistiu na leitura e interpretação das fontes considerando o contexto em que foram produzidas. Dentre as fontes utilizadas, destacamos: relatórios de presidentes, inspetores, leis, decretos, além de estudiosos do período. Considerando a importância da análise das leis educacionais, destacamos ao longo do artigo que o período delimitado foi marcado por modificações nas leis nacionais, e provinciais, gerado pelas mudanças sociais e políticas ocorridas na época. Em relação à instrução na Província do Paraná, percebemos que ela sofreu ao longo do período imperial diversas influências, dentre elas, as muitas mudanças de partidos políticos que alternavam a conduta da educação, formulando, reformulando e não implementando os regulamentos, sem haver uma estabilidade legal para garantir o desenvolvimento da instrução pública.

Palavras-chave: Instrução Primária. Província do Paraná. Educação do Século XIX.

Abstract

This paper is result from a research project, that aimed at classifying the documents related to the education in the period from 1854 to 1871. The contact with the sources of the nineteenth century and with scholars of the period, as Castanha (2007, 2011), Lombardi (2004), Miguel (2000, 2006), Oliveira (1986), (Saviani2006) and others enabled the reflection, even in a previous way, about the development of the primary instruction in Paraná's province. This way the main purpose of this text is to realize the main problems presented to establish the education in the period, as well as some of the attitudes taken in this period. In order to that, it was set in the text, a short trajectory of the instruction history in Paraná's province, from 1854 to 1871. The methodology chosen was about reading and interpreting the material considering the context in which it was produced. Among the source used it was highlighted the: Presidents' and inspectors' reports, the laws, statutes and also the sources by the period scholars. Considering the importance of the educational laws analysis, it was highlighted through the paper that the focused period was characterized by changes in the national laws, and in the provincial ones, caused by the social and political changes that took at that time. Regarding the instruction in Paraná's province, it is possible realizing that it experienced a lot of changes during the royal period, one of them, the lots of changes of political parties that changed the education conduct, formulating, reformulating and not implementing the rules, without having a law establishment to assure the public instruction development.

Keywords: Primary Instruction. Paraná's Province. Nineteenth Century Education.

¹ Uma versão reduzida deste texto foi apresentada e publicada nos Anais V Seminário Nacional Interdisciplinar em Experiências Educativas, realizado em Francisco Beltrão- PR, entre 20 e 22 de maio de 2015. Disponível em: <http://www.unioeste.br/eventos/senieeeseminario/anais/>

² Mestra em Educação pela Unioeste - Campus de Francisco Beltrão-PR. Membro do Grupo de Pesquisa: História, Sociedade e Educação no Brasil – HISTEDOPR – GT local do HISTEDBR. Pedagoga pela UNIOESTE em 2014.

³ Professor do Colegiado de Pedagogia e do Mestrado em Educação da Unioeste – Campus de Francisco Beltrão – PR. Membro do Grupo de Pesquisa: História, Sociedade e Educação no Brasil – HISTEDOPR – GT local do HISTEDBR. Historiador e mestre em Educação pela UFMT, Doutor em Educação pela UFSCar e Pós-doutor na área de Filosofia e História da Educação pela UNICAMP. Contatos: denize_naiaralp@hotmail.com; andrecastanha66@gmail.com

1 Introdução

Esse artigo é resultado de um projeto de pesquisa, que teve por objetivo realizar a catalogação dos documentos referentes à educação no período de 1854 a 1871⁴. Essa catalogação iniciou-se pelo levantamento dos documentos em portais/sites previamente selecionados, os quais estão indicados nas referências. Durante o levantamento, realizamos leituras prévias dos documentos, encontrando uma diversidade de assuntos referentes à educação. Dentre os diversos assuntos contidos nos documentos, definimos a problemática da Instrução Primária na Província do Paraná, no período de 1854 a 1871, para fazer uma análise mais detalhada e elaborada, tendo como base as fontes da época e estudiosos do tema.

Conforme indicou Castanha (2007, p. 309), a Província do Paraná foi à última “a se constituir como unidade política e administrativa autônoma no Império. Sua independência ficou marcada por uma longa luta política iniciada ainda no período pré-independência do Brasil”. A separação entre a província do Paraná e a de São Paulo ocorreu pela Lei nº 704, de 19 de dezembro de 1853. Assim, o ano de 1854 é o marco inicial, pois marcou o início de sua organização administrativa. O recorte se estende até o ano de 1871, pois naquele ano houve uma nova reforma na instrução pública, que introduziu algumas alterações no processo educacional.

As reflexões, a partir das fontes da época, são de extrema importância no âmbito educacional, pois auxiliam na compreensão de objetivos e metodologias que deram certo e também que não deram. O aprofundamento de análises através de documentos traz à tona várias questões que influenciaram no desenvolvimento da educação e no entendimento de sua trajetória ao longo dos anos.

Conforme destacado por Julio Arostegui, a pesquisa histórica surge de “achados”, desenvolve-se com a utilização de novas fontes, de novas conexões entre elas, de comparações, releituras, ou de inquietações com os acontecimentos ou explicações existentes, insatisfações que, por sua vez, são provocadas pelo aparecimento de novos pontos de vista, de novas “teorias”, ou de novas formas de trabalhar com a documentação (CASTANHA, 2011, p. 310).

Compreendemos que o trabalho de análise de documentos históricos, como a legislação, é difícil, porém de extrema importância para o entendimento do passado, principalmente quando o objeto é a educação e as transformações que ela sofreu ao longo dos anos. Por isso, somente um trabalho minucioso de levantamento de documentos, atrelado ao desenvolvimento das pesquisas sobre história, poderão qualificar o trabalho do pesquisador e os estudos histórico-educativos.

Quanto às fontes para o estudo da história da educação, Castanha (2011, p. 312) destaca: “Dentre as muitas fontes que podem subsidiar as pesquisas histórico-educativas, sobressai-se a legislação educacional, devido ao grande número de temas e questões que estão explícitos e implícitos nela”. Nesse sentido, Oliveira também enfatizou:

A ênfase dada à legislação do ensino primário justifica-se porque nela estão cristalizados objetivos e diretrizes da organização e dinamização do ensino. No entanto, cumpre ressaltar que a escola, o aluno e o professor constituem as variáveis fundamentais à pesquisa (1986, p. 3).

A análise da documentação levantada parte do princípio de que a “lei é uma síntese de múltiplas determinações” (CASTANHA, 2011, p. 316), ou seja, foram produzidas no movimento da história. Portanto, sua interpretação precisa considerar todo o contexto que envolve sua elaboração, considerando os fatores econômicos, políticos, sociais e culturais; tendo, claro, quais os tipos de leis e para quais projetos de sociedade e escolas foram/são criadas. A qualidade da pesquisa vai depender do tipo de perguntas que são feitas, todavia, para dar qualidade a ela, é fundamental compreender adequadamente o contexto em que as fontes foram produzidas.

O estudo dessas fontes nos faz refletir sobre o modo como a educação se encontrava no período. Essa reflexão é de extrema importância no âmbito educacional, pois auxilia na compreensão de objetivos e metodologias que deram certo e também que não deram. O aprofundamento da análise, através de documentos, traz à tona várias questões que influenciam no desenvolvimento da educação e no entendimento de sua trajetória ao longo dos anos. Assim, faz-se necessário ressaltar também a importância das fontes e entender o que elas significam para a pesquisa em História da Educação. Segundo Saviani:

Fonte é uma palavra que apresenta, via de regra, duas conotações. Por um lado significa o ponto de origem, o lugar de onde brota algo que se projeta e se desenvolve indefinidamente e inesgotavelmente.

⁴ Projeto intitulado de: Levantamento, catalogação e edição crítica da documentação educacional referente à Corte e ao Paraná entre 1854 e 1871, realizado entre 2013 e 2014, financiado pela Fundação Araucária

Por outro lado, indica a base, o ponto de apoio, o repositório dos elementos que definem os fenômenos cujas características que se busca compreender (2006, p. 29).

Neste sentido, como já enfatizamos, é necessário que o historiador, durante o percurso de sua pesquisa, considere todos os aspectos que envolvem o contexto de formação do objeto em estudo, pois a história e, conseqüentemente, “as fontes resultam da ação histórica do homem e, mesmo que não tenham sido produzidas com a intencionalidade de registrar sua vida e o seu mundo, acabam testemunhando o mundo dos homens em suas relações com outros homens” (LOMBARDI, 2004, p.155).

Considerando a importância do estudo das fontes, Castanha (2011, p. 310) destaca que “o retorno às fontes da época, aliado a uma metodologia adequada de uso e interpretação da documentação permitiu rever e contestar várias afirmações cristalizadas pela historiografia educacional”. Pelo exposto, fica explícita a importância de uma metodologia adequada ao momento de interpretação das fontes.

De tal modo, temos como objetivo central no presente texto compreender os principais problemas apresentados para organizar a educação paranaense no período, bem como perceber algumas das saídas apontadas. Para tanto, traçamos um breve percurso de como se encontrava a instrução pública na província do Paraná entre os anos de 1854 a 1871. Em seguida, evidenciamos o que as fontes revelavam sobre a instrução pública paranaense, articulando tais informações com análises de estudiosos sobre o tema.

2 Uma Breve Contextualização sobre o Período

Em âmbito nacional, destacamos a reforma Couto Ferraz, implementada na instrução pública primária e secundária, no ano de 1854, na Corte⁵. Segundo Castanha, essa reforma foi “um divisor de águas em relação à organização da instrução pública primária, no Brasil imperial, tanto na corte, como nas províncias. As ideias introduzidas pelo ministro na reforma de 1854 foram incorporadas nas reformas provinciais” (2013, p. 113).

Outro fato relevante do mesmo período, diz respeito à província do Paraná, considerando que foi última a se constituir como unidade política e administrativa autônoma no Império, visto que “os deputados paulistas usavam de diversas estratégias para impedir o desmembramento, pois São Paulo perderia um território significativo e em consequência uma boa parte da renda obtida com a erva-mate e a produção de gado” (CASTANHA, 2007, p. 58). A separação entre a província do Paraná e a de São Paulo ocorreu pela Lei nº 704, de 19 de dezembro de 1853.

Naquele período, as escolas estavam mais presentes em Paranaguá, pela movimentação de pessoas em decorrência do porto ali estabelecido, e Curitiba. Segundo Oliveira (1986), a educação no Paraná era extremamente precária nesse período, poucos tinham acesso, pois não havia escolas em todas as vilas, e como a economia baseava-se na agricultura, os pais deixavam em segundo plano a escola, porque primeiramente os filhos deveriam aprender os ofícios dos seus pais, e ajudar no sustento da família, para depois buscar outro tipo de formação. Outro fator relevante era que a maioria das escolas sofria com a falta de professores, um problema constante nesse período em diversas províncias do Brasil.

Entre 1853 e 1857, o Brasil viveu um período de conciliação política, fato que acabou proporcionando certo desenvolvimento econômico e social. Todavia, a partir do final da década de 1850, os embates políticos entre liberais e conservadores, pela disputa do poder político desencadearam uma crise política. Para piorar a situação, em 1864 teve início a Guerra do Paraguai, “tal fato aumentou as cobranças contra o gabinete ministerial, fazendo com que os jovens políticos não resistissem às pressões, deixando o cargo”. A instabilidade na política, nesse período, foi tão intensa que fez com que os gabinetes ministeriais não resistissem no comando do governo. De acordo com Castanha, entre 1857 e 1870, foram mais de dez gabinetes que chegaram ao poder, mas logo caíram⁶. Isso legitimou o Imperador no poder, via benefícios do poder moderador (2013, p.115).

⁵ Oliveira destacou algumas das características principais dessa reforma: “Regulamentação do ensino particular, estabelecimento de exigências, submetendo os professores e diretores a provas de capacidade; obrigatoriedade, pelo menos da metade de professores brasileiros nos colégios estrangeiros; necessidade de autorização para fundação de qualquer colégio particular, etc. Fiscalização oficial, entregue a um inspetor geral, a um conselho diretor e a delegados de distritos. Tinha o inspetor função mais administrativa e o conselho diretor função mais técnica. Obrigatoriedade do ensino. Criação de escolas primárias de 2º grau” (1986, p.38).

⁶ A expressão gabinete era usada para definir o conjunto de ministros que compunham todas as pastas da equipe de governo, ou seja, era formado pelos 7 ministros, sendo um deles, o presidente do conselho de ministros. Os ministérios eram os seguintes: Guerra, Marinha, Fazenda, Justiça, Negócios Estrangeiros, Negócios do Império e a partir de 1861, o da Agricultura. O ministério responsável pela educação era o dos negócios do Império (Cf. CASTANHA, 2013, p. 111). A mudança da equipe de ministros gerava trocas no cargo de presidentes nas províncias. Por exemplo, no Paraná, no período de 1854 a 1871, tivemos 27 mandatos diferentes (alguns exerceram mais de uma vez o cargo) entre presidentes e vice-presidentes, gerando certa instabilidade nas ações administrativas.

A guerra contra o Paraguai persistiu por mais tempo do que o esperado, isso “além de gerar insegurança, aprofundou a crise econômica que o Brasil já enfrentava” (CASTANHA, 2013, p.115). Com o fim da Guerra contra o Paraguai, no ano de 1870, o governo implementou “algumas medidas para resolver vários problemas graves que o Brasil enfrentava” (CASTANHA, 2013, p.116). Segundo o mesmo autor:

A euforia resultante da vitória na guerra, o crescimento urbano, os debates travados em torno da questão do fim do trabalho escravo foram fatores que contribuíram para colocar a temática da instrução pública, frequentemente no centro das discussões políticas. Temas como obrigatoriedade, gratuidade, laicidade e liberdade de ensino passaram a ser debatidos, na esfera do poder e da sociedade como um todo (2013, p.118).

Nesta breve contextualização, percebemos que o período passou por diversas transformações, em todos os âmbitos, o que influenciou diretamente na organização da instrução pública, acarretando mudanças e/ou permanências. A partir disso, podemos aprofundar mais nas questões educacionais, tendo como suporte de análise as fontes de época e os estudos desenvolvidos por pesquisadores do tema/período.

3 O que as Fontes Revelam sobre a Educação no Período

Em 1854, o presidente Zacarias de Góes e Vasconcelos apresentou um relatório de como se encontrava a instrução na Província do Paraná. O presidente, referindo-se ao ensino primário, destacou algumas características encontradas: “nota-se que a grande parte das cadeiras estão providas interinamente, que esses professores interinos; assim como alguns efetivos, carecem das precisas habilitações; que as aulas não são frequentadas em proporção ao número de habitantes do lugar” (PROVÍNCIA DO PARANÁ. Relatório do presidente de 1854, p.12-13).

Vasconcelos também se reportou à questão da legislação referente aos professores e à situação que enfrentavam para ministrar aulas, considerando que “a legislação sobre o ensino, que não tomar à devida consideração a sorte dos professores. Por mais multas e outras penas, que comine, por maior severidade que ostente, não conseguirá o seu fim” (PROVÍNCIA DO PARANÁ. Relatório do presidente de 1854, p.12-13).

O presidente, ao se reportar à questão da gestão da instrução, enfatizou a necessidade da criação de um cargo de inspetor geral e inspetores paroquiais. Em relação às matérias ensinadas nas escolas, admitiu um currículo defasado.

Nesse período, outro tema que surgiu com ênfase nos discursos sobre a educação na província do Paraná, e também no restante do país, desencadeado pela Reforma de 1854 na Corte, referia-se ao ensino obrigatório⁷. Segundo Castanha, “a defesa do ensino obrigatório estava associada ao peso atribuído à instrução elementar para a construção da nova Província e da Nação” (2007, p. 318).

O inspetor geral Joaquim Ignácio Silveira da Mota destacou em seu relatório, no ano de 1856, que “instruir o povo é conferir-lhe maior soma de liberdade, e sendo uma condição dela, o perigo está na falta de instrução, assim como com ela perigam os governos absolutos” (PROVÍNCIA DO PARANÁ. Relatório do Inspetor de 1856, p.2).

Esse relatório proporciona uma ampla visão da instrução pública do período, auxiliando na compreensão da mesma. Mota enfatizou em seu relatório que a instrução na Província do Paraná se encontrava em uma situação pouco mudada, apesar da criação de algumas cadeiras de primeiras letras. O inspetor também ressaltou a importância de instituir o ensino obrigatório para efetivar a educação do povo em escala nacional, porém, ciente das necessidades do povo, o inspetor destacou a importância da criação de asilos para atender às crianças, principalmente as que moravam longe das instituições de ensino.

Segundo Silveira Mota, “os obstáculos que as leis para o ensino público” encontravam na época eram “de duas ordens – materiais e morais”. Entre os materiais destacavam-se: o isolamento da população, os caminhos irregulares e as distâncias das escolas. Dentre os morais: a apatia dos pais e parentes, hábitos pastoris e nômades da população. Falta de intervenção dos párocos e falta de consideração com os professores (CASTANHA, 2007, p. 320-321).

⁷ Segundo Castanha, “a Corte e a Província do Rio de Janeiro formavam a região mais desenvolvida do Império e, como tal, cumpriam o papel de centro criador e difusor de ideias que serviam de modelos para as demais províncias, inclusive na instrução pública. Esta influência anulou sensivelmente os efeitos do Ato Adicional nas províncias, principalmente no que se refere ao lado negativo destacado pela historiografia, ou seja, o excesso de leis. O que houve, na verdade, foi uma adaptação da legislação produzida no núcleo mais dinâmico à realidade das províncias” (2013, p.114).

Estes eram alguns dos obstáculos para consolidação de uma boa educação. O inspetor também destacou a falta de móveis adequados para a instrução e a falta de uniformidade no ensino; e, sobre o último, sugeria adquirir livros para serem usados em todas as escolas, ressaltando ainda a disparidade nos métodos de ensino utilizados pelos professores. Assim, esse relatório “além de ser rico em informações, ele se constituiu numa espécie de exposição de motivos para um conjunto de reformas que se seguiram durante o ano de 1857 – 58, nas quais o inspetor teve um papel fundamental” (CASTANHA, 2007, p. 325).

Com base no Regulamento de 8 de abril de 1857, baseado na reforma Couto Ferraz, efetivada na Corte em 1854, e no relatório do inspetor Geral Joaquim Ignácio Silveira da Mota, criou-se na província do Paraná as regulamentações que regiam a educação. Foi dado grande valor para a obrigatoriedade do ensino buscando o crescimento na frequência escolar⁸.

Porém, o baixo índice de frequência escolar continuou, visto que a educação não era de todo interessante para o povo, pois, sem ela, eles conseguiam meios materiais para sobreviver. Portanto, nem mesmo a obrigatoriedade do ensino deu conta de fazer com que mais crianças frequentassem as escolas. Ressaltamos também que:

A educação, que em princípio devia destinar-se a população em geral, constituía-se, dentro da estrutura social, em benefício usufruído por poucos. Havia, ainda, a discriminação social, expressa na Reforma de Couto Ferraz, que, referindo-se ao ensino obrigatório, estabelecia ser vedado aos escravos (OLIVEIRA, 1986, p. 34).

Apesar do pouco avanço da educação primária,

O inspetor Joaquim Ignácio Silveira da Mota continuava determinado na difusão da instrução pública, pois, no último dia do ano de 1857, encaminhou uma proposta “de instrução para execução dos artigos 33, 34 e 35 do regulamento de 8 de abril de 1857. Esses artigos regulamentavam o ensino obrigatório na Província. [...] De posse das listas dos alunos na idade indicada e da relação dos alunos que frequentavam as escolas, seriam comunicados os pais negligentes exigindo a matrícula nas escolas (CASTANHA, 2007, p. 328).

Apesar dessas medidas, o progresso nas matrículas e na frequência de alunos nas instituições de ensino continuou lento. Em 1864, “o então vice-presidente Sebastião Gonçalves da Silva chamou à atenção dos deputados provinciais, sobre a importância e o papel da educação na sociedade” (CASTANHA, 2007, p. 331). Segundo Gonçalves Silva, a educação tornava o cidadão digno e seguidor das regras sociais, para consolidação do império. Porém, mesmo com todas as ações do Estado no período, o número de alunos nas escolas era pouco, principalmente porque havia uma oposição dos pais em mandarem seus filhos para a escola, pois,

O pai, que é pobre, distrai os filhos da escola para aproveitar seus minguados serviços, porque neles vê um proveito imediato. Pela falta de frequência é falseado o sistema, porque sendo o método simultâneo, ou deve o professor voltar às lições, já explicadas, para os que faltaram, ou continuá-las com prejuízo destes; num e noutro caso perde-se tempo e trabalho, sem resultado, porque o que frequenta hoje falta amanhã (PROVÍNCIA DO PARANÁ. Relatório do Vice-Presidente, 1864, p.19).

Em 1867, Polidoro Cezar Burlamaque apresentou relatos referentes à instrução, demonstrando a seguinte visão, “a influência da escola não se dava apenas no aspecto moral, mas também no econômico a ‘instrução abre válvulas ao desenvolvimento da riqueza geral’. Difundir escolas seria semear o progresso social e econômico” (CASTANHA, 2007, p. 334). Após essas considerações, ponderou o fechamento de escolas com baixa frequência e a transferência de professores para outros locais.

A respeito do ensino obrigatório, Burlamaque ressaltou:

Antes de tudo revela dizer que em teoria, não sou enfexo ao que indevidamente se tem chamado – ensino obrigatório -; pelo contrário, sou sectário da doutrina da obrigação – não dessa, que tende a invadir o lar doméstico, a perscrutar os segredos da família, a arrancar os filhos do poder dos pais sob pretexto

⁸ Vejamos o que estabelecia o Regulamento de 8 de abril de 1857, da Província do Paraná: “Art. 33 – Enquanto não se estabelecem casas de asilo para os indigentes, o ensino na Província só será obrigatório dentro de um círculo de um quarto de légua. Art.34 – Os pais, tutores, curadores e protetores são obrigados, quando não mandem às escolas públicas os meninos maiores de 7 anos que tiverem em sua companhia, a provar com certificado de qualquer instituidor particular, visto pelo respectivo Subinspetor ou pelo inspetor de distrito, que por tal modo recebem a instrução primária. Art.35 – A transgressão dos arts. 33 e 34 sujeita a multa de 10 a 50\$000 e ao duplo nas reincidências aplicadas pelo inspetor-Geral que dará conta ao Governo, à vista de cuja ordem será feita a cobrança. (MIGUEL, 2000, p. 24).

educação: seria isso abater os fundamentos da sociedade, de que a família é o principal esteio – mas dessa outra, que se faz sem violência, sem vexame, sem inquisição, e sujos meios de ação são todos indiretos (PROVÍNCIA do Paraná. Relatório do Presidente, de 1867, p. 28-29)

Conforme indicou Castanha:

Além das muitas injustiças que seriam cometidas se a lei tivesse plena execução, para garantir a escola obrigatória, a Província deveria criar muitas escolas, contratar novos professores, abrir asilos, construir casas populares, etc., ou seja, era algo que estava além das finanças provinciais (2007, p.335).

Algo que influenciava a instrução do período era a visão que se tinha dos professores. Eles eram agentes difusores de uma concepção de sociedade e, em nenhum momento, deveriam apresentar uma ameaça. Por esse motivo, a inspeção e o controle da vida e do trabalho do professor era necessário. Os professores deveriam ser exemplos para os seus alunos. Deste modo, ganhava mais relevância, naquele contexto, a questão da moralidade do que a transmissão dos conhecimentos científicos. Em outras palavras, os professores deveriam ser devotados à pátria e respeitadores das leis. Segundo Castanha e Bittar:

Da lista de virtudes necessárias para ser um bom professor, ganharam mais relevância a pureza dos costumes e a profissão como sacerdócio, ou vocação. Tais preceitos eram constantemente repetidos nos textos, nos discursos e na própria legislação. Para se ter uma ideia do peso atribuído à pureza de costumes, basta considerar que o professor era obrigado pela legislação a apresentar um atestado de moralidade ao candidatar-se a uma cadeira de primeiras letras (2009, p. 41).

Ao analisarmos a instrução pública na Província nesse período percebemos que “os professores, pais e alunos, atores da história do início da escola primária pública paranaense, conviviam com as leis, que nem sempre mudavam a realidade” (MIGUEL, 2006, p. 196). Nesse movimento, considerava-se que a precariedade e o mau funcionamento do ensino eram culpa, principalmente, dos professores, pois eles deveriam manter as instituições de ensino funcionando da forma devida.

Apesar de todas as medidas apontadas, a instrução na Província continuou com grande atraso, e uma das alternativas para o desenvolvimento da instrução, segundo relatos de época, “seria investir no professor. [...] Quanto à resistência da população a escola, a saída seria coagir o povo a instruir-se” (CASTANHA, 2007, p. 349). Todavia, segundo Miguel, durante o período provincial, muitas “leis, regulamentos e decretos foram expedidos, entretanto poucas diferenças tiveram na prática, pois as carências e dificuldades não se deram apenas na formação da nova província, mas sim durante toda a sua existência” (2006, p.195). Ressaltamos que havia poucas escolas na província, principalmente porque o número de escolas dependia do número de professores, que não era expressivo, pois a profissão era pouco valorizada, e o ordenado era muito baixo. Em relação à frequência dos alunos nas escolas, Miguel destacou que era baixa e o motivo principal era “a própria falta de interesse da população”, que não via necessidade na instrução, principalmente porque era melhor ter a ajuda dos filhos nos serviços da agricultura do que mandá-los para a escola (MIGUEL, 2006, p.191).

Já os professores estavam insatisfeitos com os baixos ordenados que recebiam para ministrar aula, além de não serem ressarcidos pelos recursos próprios empregados na manutenção das escolas e pela constante falta de material para os alunos. Segundo Oliveira (1986, p.64), “os problemas que envolviam esse setor impedindo o desenvolvimento da instrução em geral, não correspondiam aos esforços do Governo que despedia parcelas até certo ponto significativas”.

O relatório do presidente Venâncio José de Oliveira Lisboa, expôs como se encontrava a instrução no ano de 1871. Segundo o presidente, “a instrução por ser um dos mais importantes instrumentos da prosperidade pública atribuiu logo a minha atenção por seu estado decadente” (PROVÍNCIA DO PARANÁ, relatório do presidente de 1871, p. 1), ressaltando que a desordenada criação de leis referentes à instrução foi razão para o caos em que ela se encontrava⁹.

Além do exposto até aqui, muitos outros fatores que impediram o desenvolvimento da instrução pública podem ser destacados. Pela análise, percebemos que todo o contexto da época, o qual envolveu a criação de escolas, a implementação de leis e de orientações didático-pedagógicas para o trabalho nas escolas, enfim, o progresso da instrução, se deu de forma muito lenta.

⁹ “Ainda a experiência não tinha mostrado o que havia a esperar do bem combinado Regulamento de 1857 e mais instruções com que foi completado, pelo contrário já havia ele dado alguns resultados satisfatórios, quando começou a ser modificado por tantas formas e tão a miúdo, em leis especiais, e até mesmo em leis de orçamento, que hoje a instrução pública se acha um verdadeiro caos” (PROVÍNCIA DO PARANÁ, relatório do presidente de 1871, p.1).

Através dessa trajetória, realizada com a intenção de elucidar como estava e como funcionava a instrução na Província do Paraná, ficou perceptível que teve alguma evolução, porém, de forma lenta, principalmente, pela grande rotatividade de governo encontrada na província, o que acarretava uma mudança de regulamentações da instrução. O novo governo que assumia não dava continuidade nas ações políticas em favor da instrução pública. Além disso, não podemos deixar de considerar que diversos fatores de ordem econômica, social e cultural também contribuíram para retardar o desenvolvimento da instrução no período.

4 Considerações Finais

Ao longo do artigo fica evidente a necessidade de se estudar e fazer o levantamento das fontes históricas, principalmente leis, decretos, avisos, relatórios, entre outros documentos, para se entender a educação em um determinado período. O trabalho de levantamento de documentos, o retorno às fontes, permite-nos fazer reflexões, como esta apresentada aqui, mesmo que ainda de forma inicial.

E, neste sentido, os estudos do passado sobre a educação, envolvendo também sujeitos partícipes da construção educacional ao longo do tempo, constituem-se como um caráter histórico social. Neste caso, além de alunos e professores, evidenciam-se os inspetores da instrução pública na Província. Os relatórios produzidos por esses sujeitos são extremamente ricos e auxiliam no entendimento de como funcionava e se encontrava a instrução pública.

Ao longo do período aqui estudado, percebemos diversos discursos referindo-se à educação, ressaltando temas importantes, como a obrigatoriedade de ensino, a gratuidade, as condições de trabalho dos professores, as condições em que essas instituições de ensino se encontram para receber os alunos. Diversos temas debatidos, que geraram várias leis educacionais, porém que pouco mudaram a situação da instrução na prática.

Outro fator relevante que influenciou a educação no período e que foi motivo de diversos relatórios e leis, foi o baixo índice de frequência escolar. Esse baixo índice se deu por diversos motivos, dentre eles: a longa distância entre a escola e a casa dos alunos, e a pouca relevância que a escola apresentava em relação à vida dos agricultores.

Ressaltamos também que a instrução pública na Província do Paraná sofreu ao longo do período imperial influências das reformas ocorridas, principalmente da Corte, pois a maioria das leis criadas nas províncias era reflexo das leis criadas na Corte. Além das muitas mudanças de partidos políticos que alternavam a conduta da educação, formulando, reformulando e não executando os regulamentos, sem garantir uma estabilidade legal para a instrução. Também se destacaram as influências da própria Província na organização da instrução, dentre elas: a pequena importância que os cidadãos davam a escola, que no período era quase nula; ao professor e os diversos âmbitos que envolviam seu trabalho; ao método de ensino; aos ordenados baixos; à falta de recurso para a educação, dentre outros fatores, que resultavam na forma como ela se constituiu.

5 Referências

- CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Coleção das Leis do Império do Brasil*. Brasília, [2000]. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/atividadelegislativa/legislacao/publicacoes/doimperio>> . Acesso em: 01 jan. 2017.
- CASTANHA, André Paulo. A Instrução Primária na Província do Paraná. In: _____. *O Ato Adicional de 1834 e a Instrução Elementar no Império: descentralização ou centralização?* São Carlos, SP: Universidade Federal de São Carlos, 2007. p. 309-364.
- _____. O uso da legislação educacional como fonte: orientações a partir do marxismo. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, número especial, p. 309-331, abr. 2011.
- _____. *Edição crítica da legislação educacional primária do Brasil imperial: a legislação geral e complementar referente à corte entre 1827 e 1889*. Francisco Beltrão: Unioeste; Campinas: Navegando Publicações, 2013.
- _____; BITTAR, Marisa. O Papel dos Professores na Formação Social Brasileira: 1827-1889. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n. 34, p. 37-61, jun. 2009.
- CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES. Ministerial Reports (1821-1960). Disponível em: <<http://www.crl.edu/brazil/ministerial>>. Acesso em: 01 jan. 2017.
- CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES. Provincial Presidential Reports (1830-1930): Paraná. Disponível em: <<http://www.crl.edu/brazil/provincial/paran%C3%A1>>. Acesso em: 01 jan. 2017.
- LOMBARDI, J. C. “História e historiografia da educação: atentando para as fontes”. In: _____. NASCIMENTO, M. I. M. (Org.). *Fontes, História e Historiografia da Educação*. Campinas: Autores Associados, 2004. p. 141-176.

MIGUEL, Maria Elisabeth Black. O significado da educação pública no Império: Paraná - Província. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de (Org.). *Pesquisa em história da educação: perspectivas de análise, objetos e fontes*. Belo Horizonte: HG Edições, 1999. p. 87-93.

_____. (Org.). *Coletânea da documentação educacional paranaense no período de 1854 a 1889*. Campinas: Autores Associados, 2000.

_____. A história da Escola Primária Pública no Paraná: entre intenções legais e as necessidades reais. In: SCHELBAUER, Analete Regina; LOMBARDI, José Claudinei; MACHADO, Maria Cristina Gomes (Org.). *Educação em debate: perspectiva, abordagens e historiografia*. São Paulo: Autores Associados, 2006. p. 187-209.

OLIVEIRA, Maria Cecília Marins de. *O ensino primário na Província do Paraná 1853-1889*. Curitiba: Biblioteca Pública do Paraná; Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, 1986.

PROVÍNCIA do Paraná. *Relatório do presidente Zacarias de Góes e Vasconcelos, apresentado à Assembleia Legislativa Provincial na abertura dos trabalhos, em 15 de julho de 1854*. Curitiba: Tipografia Paranaense, 1854.

PROVÍNCIA do Paraná. Diretoria da Instrução Pública. *Relatório do diretor Joaquim Ignácio Silveira da Mota, de 31 de dezembro de 1856*. Publicado como documentos que acompanham o relatório do vice-presidente, José Antonio Vaz de Carvalhaes, apresentado à Assembleia Legislativa Provincial, em 1º de janeiro de 1857. Curitiba: Tipografia Paranaense, 1857.

PROVÍNCIA do Paraná. *Relatório do presidente Polidoro Cezar Burlamaque, apresentado à Assembleia Legislativa Provincial, na abertura dos trabalhos legislativos, em 15 de março de 1867*. Curitiba: Tipografia de Candido Martins Lopes, 1867.

PARANÁ. Arquivo Público do Paraná. Disponível em: <<http://www.arquivopublico.pr.gov.br>>. Acesso em: 01 jan. 2017.

SAVIANI, Dermeval. Breves considerações sobre fontes para a história da educação. Revista *HISTEDEBR On-line*, Campinas, n. especial, p.28-35, ago. 2006.

Data de submissão: 08/08/2016

Data do Aceite: 27/10/2017